

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Documento de Formalização da Demanda 487/2026

Número do Documento de Formalização da Demanda: 487/2026

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Escola Judicial do Amapá	30/09/2026 00:00	925306	LINALDO DE OLIVEIRA SOUSA
Descrição sucinta do objeto			
Contratação Pessoa Física - Formador Leonardo Ribeiro da Silva - Curso O ACESSO DE PESSOAS LGBTQIAPN+ A DIREITOS FUNDAMENTAIS -ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS , modalidade EaD – aulas síncronas e assínc			

2. Justificativa de Necessidade

Os direitos fundamentais são o conjunto de direitos humanos, previstos no ordenamento jurídico e acessíveis a todas as pessoas, indistintamente. Ocorre que, apesar de sua universalidade, tais direitos não vêm sendo acessados de igual forma pelas pessoas integrantes da comunidade LGBTQIAPN+, em que pese a força normativa das constituições e, em especial, da Constituição Federal de 1988, conforme consignado no Projeto de Curso.

Há, portanto, a necessidade de preparar magistrados e servidores do TJAP para esse momento social que requer a atuação coerente do Judiciário em relação aos direitos fundamentais, bem como às questões relacionadas a gênero e equidade. A realização deste curso é relevante para o fortalecimento da Política de Equidade, Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos do Tribunal de Justiça do Amapá, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e com a Constituição Federal.

Nesse sentido, a Escola Judicial do Amapá (EJAP) propõe o curso “O ACESSO DE PESSOAS LGBTQIAPN+ A DIREITOS FUNDAMENTAIS – ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS”, visando desenvolver competências teóricas e práticas nos magistrados e magistradas, assessores e assessoras do Poder Judiciário do Estado do Amapá, com foco na atuação institucional comprometida com a garantia do acesso de pessoas LGBTQIAPN+ a direitos fundamentais, promovendo a equidade, o respeito à diversidade e a efetividade da jurisdição, conforme os marcos legais, constitucionais e as diretrizes da política judiciária nacional de direitos humanos, em especial o art. 12 da Resolução CNJ nº 582, de 20 de setembro de 2024, que determina a capacitação de magistrados e servidores em direitos fundamentais, com perspectiva antidiscriminatória, no âmbito do Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1		Outros serviços de educação e treinamento	1,00	5.953,20	5.953,20

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LINALDO DE OLIVEIRA SOUSA
Coordenador EJAP

5. Acompanhamento

Id Acompanhamento		Responsável	Data
1	O TJAP não segue o Dec. 10947	LINALDO DE OLIVEIRA SOUSA	01/09/2026 11:44

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.